



ESTADO DE MINAS GERAIS

Advocacia – Geral do Estado
Procuradoria da FEAM



PARECER JURÍDICO

AUTUADO: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM – DER	RECURSO
PROCESSO Nº 00176/1994/006/2002	
AUTO DE INFRAÇÃO Nº 1270/2002	
TIPO DE INFRAÇÃO: LEVE E GRAVÍSSIMA	
PORTE: MÉDIO	

I – RELATÓRIO

O Departamento de Estradas de Rodagem - DER foi autuado em 20.12.2002 pela prática das infrações leve e gravíssima tipificadas no art. 19, §1º, item 1 e §3º, item 6 do Decreto 39.424/98:

Art. 19(...)

§ 1º - São consideradas infrações leves:

1 - instalar, construir, testar ou ampliar atividade efetiva ou potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente em desacordo com as condições estabelecidas quando da Licença Prévia e da Licença de Instalação

(...)

§ 3º - São consideradas infrações gravíssimas:

(...)

6 - causar poluição ou degradação ambiental que provoque destruição ou outros efeitos adversos à biota nativa ou às plantas cultivadas e às criações de animais;

O autuado apresentou Defesa tempestiva.

Em razão da autuação, foi aplicada, em 01.08.2003, pela Câmara de Atividades de Infra-Estrutura, uma multa no valor de R\$ 26.603,56, referente à infração gravíssima. E, pela FEAM, em 09.09.2003, foi aplicada multa no valor de R\$ 1.065,16 referente à infração leve.

O autuado apresentou Pedido de Reconsideração. Em 01.08.2003 a UR Jequitinhonha indeferiu o Pedido de Reconsideração em relação à infração gravíssima. Em 20.10.2009 a FEAM indeferiu o Pedido de Reconsideração em relação à infração grave.

O autuado apresentou Recurso tempestivo.

II – ANÁLISE JURÍDICA

O auto de infração foi lavrado por “provocar assoreamento de drenagem natural (inclusive curso d’água) numa extensão superior a 500 metros e execução de bota-fora em desacordo com o proposto no processo de licenciamento.” (fl.02)



No Recurso a autuada alega, em síntese, que:

- Os danos causados ao meio ambiente à época das obras foram totalmente sanados pela própria autuada.
- Toda obra de melhoria de pavimentação de estradas causa algum dano, mas o DER sempre buscou contê-los e minimizá-los, sempre contando com licença ambiental e autorização dos órgãos competentes.
- Não se pode imputar aos recorrentes danos ambientais decorrentes de caso fortuito ou força maior, como é o caso das chuvas excepcionais.
- Requer a redução das multas em 50% haja vista que o autuado procedeu a recuperação total da área.
- Requer novo cálculo do valor das multas.

Sob o aspecto jurídico, as alegações apresentadas pelo autuado merecem prosperar apenas parcialmente.

O autuado reconhece a ocorrência de degradação ambiental na ligação entre o Córrego Vacaria e Conceição do Mato Dentro, devendo ser mantida as penalidades de multa. A posterior regularização da situação ambiental, após a fiscalização, não é capaz de descaracterizar as infrações imputadas ao autuado.

Entende-se que o empreendedor responde por todos os riscos de dano havidos em razão das atividades do seu empreendimento, independentemente de culpa, entendendo-se como tais os decorrentes de quaisquer fatos que, sem a sua existência, não teriam ocorrido, estabelecendo-se, portanto, o nexo de causalidade no sentido de que quando as atividades de seu empreendimento, ou o fato da localização de suas instalações físicas, de qualquer forma, concorrem para o evento causador do dano, responderá administrativamente por este. Diante disto, não há que se falar em aplicação de qualquer uma das seguintes excludentes: caso fortuito, força maior, ato de terceiro.

Desta sorte, em virtude da responsabilidade ambiental objetiva, são irrelevantes para a apreciação da defesa quaisquer alegações que pretendam negar a ocorrência do fato ou a responsabilidade do agente.

Não é cabível a redução de 50% do valor da multa por falta de base legal, sendo certo que a regularização ambiental do empreendimento é seu dever legal. Ademais, tem-se que o autuado não assinou Termo de Ajustamento de Conduta ou Termo de Compromisso.

No que diz respeito ao valor das multas aplicadas, a decisão deve ser revista, nos termos do Parecer Jurídico de fl. 45. O Decreto nº 44.844/2008, em seu art. 96, determina que as alterações promovidas nos valores das multas implicam a



incidência das normas pertinentes, quando mais benéfica ao infrator e desde que não tenha havido decisão definitiva na esfera administrativa.

Portanto, como não havia decisão administrativa definitiva neste processo em 26.6.2008, data da publicação do Decreto nº 44.844/2008, deve ser aplicada a nova norma, porque mais benéfica ao infrator.

Nos termos do Anexo I do art. 83 do Decreto nº 44.844/2008, o valor da multa leve aplicável neste caso é de R\$ 501,00, e da multa gravíssima, R\$ 20.001,00.

III - CONCLUSÃO

Recomenda-se à Câmara Normativa e Recursal do COPAM o deferimento parcial do Recurso, mantidas as multas aplicadas, porém reduzindo o seu valor de R\$ 1.065,16 para R\$ 501,00 (infração leve) e de R\$ 26.603,56 para R\$ 20.001,00 (infração gravíssima), nos termos do disposto nos artigos 83 e 96 do Decreto nº 44.844/2008.

Belo Horizonte, 13 de outubro de 2011.

Autor: André de Albuquerque Sgarbi Consultor Jurídico OAB/MG 98.643	Assinatura:
Aprovado por: Gustavo Chaves Carreira Machado Procurador-Chefe da FEAM OAB/MG 90.644 - MASP 1.120.512-7	Assinatura: